

# Territórios em engendramento na Amazônia Brasileira: Resex Marinhas rumo ao “terrestre”

Territories in engendering in the Brazilian Amazon: Marine Resex towards the “terrestrial”

**Maria José da Silva Aquino Teisserenc**

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

**Pierre Teisserenc**

Université Paris XIII, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

## RESUMO

Neste artigo são consideradas as reflexões sobre o “terrestre” como ator político em Latour (2017), sobre a ambientalização a partir de Leite Lopes (2006) e sobre a democracia para pensar a política em Lefort (1986), para analisar a situação dos municípios costeiros do estado do Pará - Curuçá e São João da Ponta - onde foram implantadas Reservas Extrativistas Marinhas em 2002. Com os dados levantados através de observações diretas, análise documental e entrevistas, procura-se então demonstrar como as mudanças trazidas pelas Resex podem ser relevantes em uma dinâmica de engendramento ilustrativa do envolvimento nesses processos de atores diversos, inclusive não humanos. As mudanças observadas resultaram da disponibilidade de instrumentos de ação pública - como o Plano de Manejo e o Conselho Deliberativo - apropriados coletivamente por técnicos, políticos e grupos locais, e da politização produzida no Conselho Deliberativo orientada pelo compromisso entre as comunidades usuárias da Resex, os técnicos e os políticos em ações participantes da emergência de novos territórios.

**Palavras-chave:** Engendramento, “Terrestre”, Resex Marinhas, Conselhos Deliberativos, Amazônia brasileira.

---

Recebido em 09 de junho de 2022.

Avaliador A: 12 de julho de 2022.

Avaliador B: 21 de agosto de 2022.

Aceito em 12 de setembro de 2022.

---



**ABSTRACT**

This article considers the reflections on “terrestrial” as a political actor in Latour (2017), on environmentalization from Leite Lopes (2006) and on democracy to think about politics in Lefort (1986), to analyse the situation of coastal municipalities from the state of Pará – Curuçá and São João da Ponta – where Marine Extrative Reserves were implemented in 2002. With data collected through direct observations, document analysis and interviews, the aim is then to demonstrate how the changes brought about by the Resex can be relevant in a dynamic of engendering that illustrates the involvement of different actors in these processes, including not human. The observed changes resulted from the availability of public action instruments – such as the Management Plan and the Deliberative Council – collectively appropriated by technicians, politicians and local groups, and from politicization produced in the Deliberative Council guided by the commitment between the Resex user communities, the Technicians and politicians in actions participating in the emergence of new territories.

**Keywords:** Engendering, “Terrestrial”, Marines Resex, Deliberative Councils, Brazilian Amazon.

**INTRODUÇÃO**

A análise empreendida no presente artigo integra dinâmicas socioterritoriais relacionadas a duas Reservas Extrativistas<sup>1</sup>, as quais temos acompanhado<sup>2</sup>. As Resex de São João da Ponta e de Mãe Grande de Curuçá, localizadas na zona costeira amazônica, compõem o objeto aqui perspectivado através da evolução política na direção do Terrestre proposta por Bruno Latour, em seu livro *“Où atterrir? Comment s’orienter en politique”* (2017).

1 Reserva Extrativista é um tipo de espaço protegido integrante do conjunto de Unidades de Conservação (Grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável) regido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n. 9985/2000). Pertencente ao grupo Uso Sustentável, as Resex são criadas majoritariamente por decreto do Presidente da República. Entre essas Reservas, aquelas implantadas no litoral e em regiões estuarinas são chamadas “marinhas”, e aquelas implantadas em áreas de floresta são chamadas “de terra firme”. Em ambos os casos são os recursos existentes nas áreas, de cujo extrativismo dependem grupos chamados de populações tradicionais, que definem a modalidade da Unidade de Conservação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 28 jan. 2021.

2 Esse artigo integra produções vinculadas a três projetos de pesquisa financiados. 1. “Participação social em unidades de conservação na Amazônia brasileira” (MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013). 2. “A ação pública e seus territórios no Pará” (CAPES/FAPESPA Nº 005/2015). 3. “Desafios sociopolíticos da gestão da água e governança territorial” (MCTI/CNPq Nº 01/2016), iniciado em 2017 e finalizado em novembro de 2020.

Territorialmente marcadas pela presença das águas - doces, salgadas, salobras - e pela presença de manguezal, essas duas áreas protegidas encontram-se numa faixa contínua, de características similares, presente no norte do Brasil - da costa do Maranhão até o Amapá. Entendemos, a partir de observações diretas e indiretas nessas áreas, que formas de mobilização e correspondentes ações públicas produzidas, quando desafios locais são ambientalizados, podem indicar uma evolução política no sentido da negociação exigida em termos cosmopolíticos<sup>3</sup>, isto é, considerando o não-humano como ator político, uma vez que o mesmo age e reage em relação ao planeta Terra. Assim, neste artigo serão exploradas aquisições ligadas a duas experiências com áreas protegidas para debater o interesse e a pertinência de uma problemática proposta por Bruno Latour e enriquecê-la com três contribuições complementares.

## PERSPECTIVA DE ANÁLISE: UMA HIPÓTESE DE TRABALHO EM DEBATE

Ao constatar que “a política se esvaziou em substância<sup>4</sup>”, Latour, considerando o mundo em um impasse, oferece uma perspectiva chamada provisoriamente de Terrestre. Terrestre constituindo ao mesmo tempo um conceito e “um novo ator político”. O surgimento desse novo ator, “que ora em diante reage às ações dos homens e impede aos modernizadores saber onde se encontra ... e, sobretudo, qual papel deve agora desempenhar” (2017, p. 57), põe em xeque especialmente as concepções de espaço e território. Longe de ser entidades exteriores ao homem e por este apropriado, e modificado de acordo com suas exigências, o espaço e o território hoje se impõem como realidades ativas, continuamente reagindo a reações de outros elementos, como *agissants* em um “espaço que se tornou uma história agitada da qual nós somos participantes, tanto quanto outros, reagindo a outras reações (2017, p. 58)<sup>5</sup>.

Constatando, além disso, que a ecologia política, apesar de seus equívocos, cumpriu o

---

3 Na introdução de seu livro *Où atterrir? Comment s'orienter en politique?* (2017, p. 11), Latour previne: “as reflexões a seguir, escritas em estilo deliberadamente abrupto, buscam explorar se não seria possível certas emoções políticas serem canalizadas para novos objetos. O autor, sem competência em ciências políticas, não pode oferecer ao leitor, neste momento, na falta e em busca de melhores, nada além de uma hipótese” (tradução livre).

4 Assim Latour (2017, p. 54) traduz sua compreensão sobre a ausência de consistência da política, pois que “o global para o qual evoluímos até aqui, o horizonte no qual se projetava uma mundialização ou uma globalização indefinida (e, em reação, os localismos que se multiplicaram para escapar a esse destino aparentemente inevitável), tudo isso jamais teve base, realidade, materialidade consistente” (tradução livre).

5 Tradução livre.

importante papel de trazer ao debate público novas questões, fazendo com que nos habituássemos a considerar como políticos assuntos que até então não concerniam à vida pública, Bruno Latour adianta sua posição em favor de uma política deliberadamente orientada para a ação, que não se contente em defender valores simplesmente. Uma política evidentemente atenta aos valores, mas que produza respostas aos desafios concretos de um território possível de ser descrito, o que, até o momento, não foi alcançado. A razão para tal deve-se à ausência de definição bastante precisa do Terrestre como ator de primeira grandeza. Assim sendo, a perspectiva da ecologia tornou-se incapaz de uma mobilização à altura dos desafios hoje encontrados.

Quanto ao movimento social, para Bruno Latour, este jamais conseguiu integrar as questões ecológicas e nem a ecologia política integrou em suas mobilizações a questão social, não interiorizou na natureza a sociedade, perdendo assim a oportunidade de romper com uma concepção da natureza enquanto estoque de meios, passiva à ação dos homens, mobilizada em um sistema de produção de riqueza. No entanto, os impasses face aos quais o mundo se encontra reclama a ultrapassagem do sistema de produção, e sua base narrativa, pelo “sistema de engendramento”, o qual envolve tudo o que possui distintamente capacidades de reação (LATOURE, 2017, p. 96).

### **Contribuição da democracia a um enunciado**

À perspectiva do sistema de engendramento parece adequado incorporar três aspectos. O primeiro tem origem na análise de Claude Lefort (1986) sobre a experiência da democracia que afirma o político como o corolário de um “duplo movimento de visibilização e de ocultação do modo de instituição da sociedade” (LEFORT, 1986, p. 28). Trata-se da visibilização do ordenamento da sociedade e unificação das divisões e da diversidade de seus componentes e; ocultação da natureza do político, mantendo-se a ilusão da existência de um lugar da política que se imporia como o lugar do poder, ao mesmo tempo em que é dissimulado “o princípio gerador da configuração do conjunto” (LEFORT, 1986, p. 28). O poder de fato existe, mas não ocupando um lugar particular. Através do poder, graças a sua autonomização face à lei e ao conhecimento, pode-se compreender a sociedade como unidade. A essa autonomização das esferas do poder, da lei e do conhecimento Claude Lefort vai chamar “desintrinsicção” e nela vai identificar o caminho para o surgimento da democracia.

### **Ambientalização e novas questões públicas**

O segundo aspecto a ser articulado à perspectiva de Bruno Latour é o da ambientalização que em José Sergio Leite Lopes (2006) é conceitualmente proposto para dar conta de um

contexto territorial duplamente mobilizado – em defesa de melhores condições de trabalho, empreendidas por assalariados de uma empresa, e em defesa da vida e saúde de uma população ameaçada pelos efeitos da poluição das águas nas quais, sem tratamento, eram despejados os rejeitos produzidos pela mesma empresa. Assim, um mesmo ator econômico será envolvido em um conflito de um novo tipo, ao mesmo tempo social e ambiental, produzido em um “processo histórico de produção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais das diferentes facetas da questão pública do meio ambiente” (p. 34). A ambientalização em curso está “relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública” (2006, p. 35) e, portanto, se constitui em uma etapa da Grande Transformação que, de acordo com Karl Polanyi (1980 [1944]), caracterizando-se por mudanças que afetam a sociedade, suas instituições e os cidadãos e impõe em cada território a questão ambiental como questão pública.

Na Amazônia, ressaltamos, os movimentos sociais em suas lutas pelo direito à terra e ao reconhecimento de seus usos, combatem um sistema de dominação que se perpetua desde a colonização reforçando formas de exploração presentes na região ainda hoje. Uma das formas assumidas por este sistema de dominação, o “aviamento”, herdado do controle colonial (MEIRA, 2018), bastante identificado com a atividade de exploração da borracha (GEFFRAY, 1995; LÉNA, 1996), corresponde às formas de exercício do poder local na atualidade. Trata-se portanto de um contexto, o amazônico, propício à emergência de novas estratégias por parte dos movimentos sociais que integram os desafios ambientais, desafios com os quais os movimentos sociais na Europa não dialogaram no passado.

Entretanto, nas últimas décadas do século XX as questões ambientais serão na Amazônia incorporadas na agenda dos movimentos sociais para afirmar identidades e conquistar reivindicações antigas traduzidas em argumentos novos. Conforme demonstrado por Porto Gonçalves (2001, p.130): “são movimentos de re-existência, posto que não só lutam para resistir contra os que matam e desmatam, mas por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar”<sup>6</sup>.

A essas reivindicações, uma proposta de ordenamento fundiário gestada no seio de um movimento social no estado do Acre, legitimamente associado ao nome de líderes como Chico Mendes, foi concebida. Assumida como instrumento de política pública ambiental pelo Estado

---

<sup>6</sup> Em movimentos de resistência e de re-existência grupos sociais reinventam “suas identidades em relação aos outros e à natureza. Não apenas revivem no panorama político como novos movimentos que reivindicam espaços em um mundo objetivado e economicizado. ... Despertam sonhos, renascem suas utopias, para reinventar sua existência, para passar do ressentimento pela opressão a re-sentimentos de sua vida” (LEFF, 2006, p. 501).

brasileiro em contexto de retomada da democracia, de aprovação de uma nova Constituição, a de 1988, e de ampliação de pressões ambientalistas face à escalada do desmatamento da Amazônia, a Reserva Extrativista emerge promovendo visibilidade e reconhecimento identitário às chamadas populações tradicionais (TEISSERENC, 2009).

Com foco nos efeitos políticos sob a ambientalização aqui abordam-se experiências com Resex, uma no município de Curuçá e outra no de São João da Ponta, ambos situados na porção litorânea atlântica da Amazônia brasileira, norte da América do Sul. Experiências nas quais se manifesta uma politização das situações locais a partir de novas maneiras de fazer política, com base em interações entre práticas representativas, no âmbito da gestão pública municipal, e práticas deliberativas, no âmbito dos chamados Conselhos Deliberativos das Resex.

### **O desafio da renovação da ação pública**

A ação pública e as modalidades de sua produção constituem o terceiro aspecto a ser acrescentado à perspectiva do sistema de engendramento. Nesse sentido, de acordo com Alain Touraine (2013), as condições nas quais uma mobilização social é levada a se organizar em ações políticas, assim como os atores, sua confiança, disposição e capacidade para agir, coletiva e individualmente, importam. Não menos importante há de se considerar, outrossim, as aptidões para negociar acordos, para formular regras e obter meios de se fazer reconhecer e respeitar, especialmente quando emergem localmente em arenas coletivas ou espaços públicos, muitas vezes, no caso dos territórios de implantação das Resex, promovidos pelos Conselhos Deliberativos. Nestes espaços públicos atores locais e seus parceiros em conjunto têm debatido e decidido sobre questões locais. O Conselho Deliberativo<sup>7</sup>, se constitui enquanto

uma arena de troca e de conflito, de cooperação e de competição, de invenção de soluções a problemas, de negociações de convenções coletivas e de composição de racionalidades múltiplas... A organização mantém junta uma pluralidade de lógicas de racionalidade e de legitimidade. (CEFAÏ *et al*, 2011, p. 35).

A vontade de agir então leva a um engajamento de atores locais e parceiros. Estes atores locais e seus parceiros mobilizam seus recursos em termos de competências, de conhecimentos e de proximidade, para, de maneira organizada, e em espaço cívico e político, coletivamente reivindicar justiça social na forma de direitos aos bens públicos. No caso das Resex, estas implicam sempre no desafio territorial envolvendo as reivindicações de grupos de populações

---

<sup>7</sup> Daniel Cefaï, assim como outros autores, professores e pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, tratam especialmente do meio associativo levado a funcionar como uma arena pública. A perspectiva da arena pública pode muito bem ser aplicada a outras situações. (CEFAÏ *et al*, 2011).

tradicionais ao reconhecimento de suas existências, competências, territorialidades.

Sob a forma de um contrato oficial entre o Estado e as comunidades, conforme exigências ambientais, a Resex, como área protegida, tem sua criação decretada e a sua implementação é acompanhada de recursos em termos de políticas sociais, e de ferramentas voltadas para a gestão, tais como diagnósticos participativos, plano de uso, utilização e/ou manejo, Conselho Deliberativo. Trata-se de recursos e ferramentas para fortalecer a mobilização social local e facilitar as parcerias, contribuindo para um contexto de ambientalização - no qual se envolve necessariamente o município -, propiciando mudanças nas práticas profissionais, individuais e coletivas, assim como nas práticas sociais no seio das comunidades.

Consideramos agora as experiências das Resex de Mãe Grande de Curuçá e de São João da Ponta para apreciar em termos de politização, o que poderia ser um território que acolhe um sistema de engendramento (LATOURE, 2017), a desintração das esferas do poder, da lei e do conhecimento (LEFORT, 1986) e a ambientalização (LEITE LOPES, 2006) da ação pública (TOURAINÉ, 2013; CEFALÍ *et al*, 2011).

## RESEX E AMBIENTALIZAÇÃO LOCAL

No norte atlântico do continente sul-americano, no estado amazônico do Pará, situam-se os municípios nos quais foram criadas as Resex aqui tratadas. Curuçá, elevado a município em 1933, é mais antigo. Sua fundação remonta ao fim do século XVII com os estabelecimentos jesuítas durante a colonização. Hoje Curuçá conta com uma população de 34.300 habitantes, da qual, 3.000 famílias, habitantes de 52 comunidades, têm seus modos de vida, atividades, ligadas à Resex, cuja superfície de 37.064,23 hectares incide sobre ilhas, rios, igarapés, praias, baías e manguezal.

A Resex de Mãe Grande de Curuçá criada em 2002 resulta de uma mobilização apoiada por forças progressistas da Igreja católica, orientadas pela Teologia da Libertação, e por parceiros técnicos e científicos<sup>8</sup>. Nessa mobilização, há de se ressaltar o empenho de lideranças

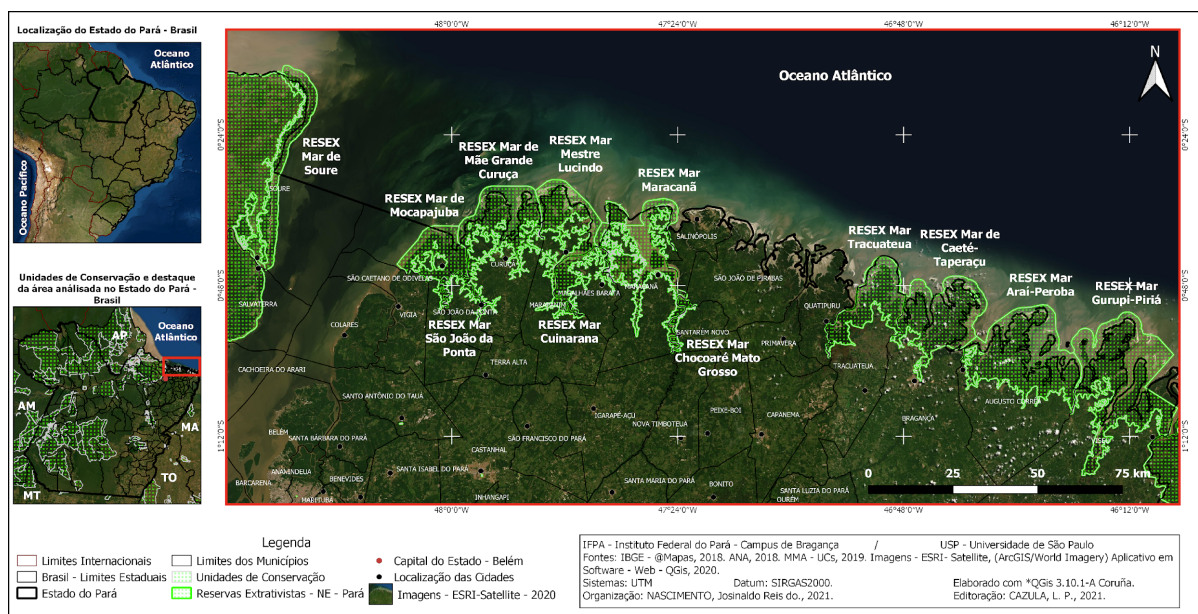
---

<sup>8</sup> Quanto aos parceiros técnicos em Curuçá, sublinhamos a Emater-PA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará) por meio de um de seus técnicos, liderança formada nos movimentos ligados à Igreja Católica. Quanto ao meio científico, incontestavelmente é o Museu Paraense Emílio Goeldi, através de seus pesquisadores, que desempenhou um papel ativo em prol da criação da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá, com uma produção de estudos e publicações reconhecidos. No caso de São João da Ponta, apoio importante foi obtido junto ao biólogo Valdemar Londres Vergara Filho, de competência e personalidade excepcionais, quadro do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), autarquia do

locais de qualidades extraordinárias, o que as levou inclusive a desempenhar papéis importantes na articulação das Reservas Extrativistas Marinhas a nível nacional<sup>9</sup>. A essas lideranças se deve, em muito, o efetivo funcionamento da Resex, considerando o empenho delas na criação da Associação dos Usuários da Resex Mãe Grande de Curuçá e na oficialização do Conselho Deliberativo em 09 de março de 2006.

No caso de São João da Ponta, município criado em 1997, a Resex homônima teve seu decreto de criação, como no caso da Resex de Curuçá, expedido em 2002. À Resex de São João da Ponta, com 3.203,24 hectares, concerne a 600 famílias dispostas em 15 comunidades. Ao todo são 3.000 pessoas de um município cujo número total de habitantes é de 5.200. O peso demográfico dos usuários da Reserva em relação à população total do município é de 60%, situação diferenciada em relação ao conjunto das Resex que incidem nos ambientes marinhos e estuarinos da Amazônia.

**Figura 1.** Resex Marinhas nos manguezais estuarinos do estado do Pará



Fonte: REIS DO NASCIMENTO, (2021, p. 28).

Governo Federal, criada em 2007, responsável pela gestão das Unidades de Conservação. E junto à Universidade Federal do Pará, São João da Ponta, contou com um projeto de extensão e pesquisa conduzido pela Faculdade de Geografia, do qual participaram estudantes e professores na assessoria e na produção de vários trabalhos de conclusão de curso e de mestrado, e com o Numa (Núcleo de Meio Ambiente).

9 Duas delas, Sandra Regina Pereira e Célia Regina das Neves, as quais sucessivamente ocuparam funções no CNPT (Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável) e na Confrem (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas), criada em 2012.



### **Ambientalização como via da mobilização**

Nos dois casos a ambientalização manifestou-se primeiro em importante trabalho de elaboração e operacionalização das ferramentas necessárias ao funcionamento das respectivas Reservas, isto é, a constituição das Associações e suas sedes, dos Conselhos Deliberativos. Assim confirma-se o lugar ocupado pela institucionalização como indicador da ambientalização (LEFORT, 1986; LEITE LOPES, 2006)<sup>10</sup>. Como observado por Carla Cilene Siqueira Moreira em sua dissertação de mestrado, graças ao entrelaçamento entre as instituições e a significativa aproximação entre as pessoas implicadas na mobilização pela criação e gestão da Resex:

A Associação de Usuários exerce função importantíssima na gestão da Resex sendo um elo fundamental entre as políticas e benefícios previstos para área e os(as) seus(suas) usuários(as) e beneficiários(as). A relação entre usuários(as) e Associação é tão intensa, que o Presidente da Associação é comumente chamado de Presidente da Resex. (MOREIRA, 2017, p. 69).

A importância desse entrelaçamento entre as instituições através de relações interpessoais estreitas entre os atores, líderes no território, corrobora o ponto de vista de Alain Touraine (2013) quanto à ação e seus resultados face à perda de credibilidade da ação pública, assim como vai ao encontro de Claude Lefort (1986) quanto à desintração entre atores das diferentes esferas que compõem a sociedade local. O entrelaçamento induz a novas alianças entre atores, cientistas e comunidades, os quais não haviam se encontrado antes, em torno de projetos comuns.

As principais características do território evidenciadas nos estudos dos parceiros cientistas permitiu às comunidades e a seus membros terem uma ideia das particularidades de cada uma das Reservas. Por exemplo, a Resex de São João da Ponta, “é constituída de um grande manguezal estuarino, com vasta biodiversidade e produtividade”, e se diferencia da Resex Mãe Grande de Curuçá no sentido em que “não abrange áreas marinhas abertas, somente áreas alagadas pela influência da maré, os manguezais, além dos diversos rios e igarapés. Uma suntuosa rede de rios, furos e igarapés, banha a Resex, sendo os principais os rios Mojuim e Mocajuba” (NAHUM, 2012, p. 126). Nos dois municípios, os diagnósticos participativos de cada uma das Reservas permitiram a elaboração de respectivos Planos de Utilização. O de São João da Ponta foi finalizado em 2010 e “apresenta as diretrizes para a utilização dos recursos naturais, além de definir áreas específicas, com uso/conservação diferenciados, e identificar os usuários e suas condutas na Resex” (MOREIRA, 2011, p. 71). O lugar desse Plano, em

---

<sup>10</sup> Tal foi o caso em São João da Ponta onde a forte mobilização em torno da criação da Resex facilitou a criação da Associação dos Usuários, a Mocajuba, em abril de 2003, e a constituição do Conselho Deliberativo em fevereiro de 2007.

2016, passou a ser ocupado por um Acordo de Gestão, atendendo assim a exigências ambientais regulamentares para a exploração dos recursos da Reserva, uma produção de regras beneficiada por uma renovação dos conhecimentos considerando contribuições dos conhecimentos das populações locais e conhecimentos técnicos com vistas ao aperfeiçoamento de práticas profissionais.

Em Curuçá, a mobilização que levou à criação da Reserva reuniu pescadores contemplados por programas de capacitação no âmbito de políticas públicas. Uma organização que se fez necessária no enfrentamento a atividades de pesca consideradas predatórias uma vez que são realizadas com equipamentos mais potentes por pescadores vindos de municípios vizinhos. No principal porto de pesca de Curuçá foi constatada uma população de pescadores constituída em 80% por pessoas vindas de outros municípios. A tal população - com outros modos de vida e outras práticas de pesca, utilizando barcos de grande porte e redes de elevada capacidade de captura, em exploração industrial e intensa dos estoques pesqueiros, distanciando os cardumes da costa - é associada práticas pesqueiras relacionadas à alterações significativas do ecossistema e à situações conflituosas. Neste quadro, o pescador que dispõe apenas de equipamentos tecnologicamente mais simples se reconhecem na condição de “escravo do mar”<sup>11</sup>.

Aliás, na zona costeira amazônica, na qual foram criadas várias Reservas Extrativistas, a mobilidade das populações é uma constante. A ameaça de invasões de populações, considerando sobretudo a atividade da pesca e coleta de crustáceos e moluscos, integra narrativas tanto em Curuçá quanto em outros municípios<sup>12</sup> (SILVA JÚNIOR, 2013; OLIVEIRA, 2018).

### **Referência ambiental: origem de iniciativas e legitimidade a conflitos sociais**

Parte da Resex de Curuçá a comunidade de Caratateua, cuja localização, à beira de um rio, impressiona os visitantes pela sua beleza, é referida pelos seus habitantes como “nosso paraíso”. Atraindo populações interessadas em sua tranquilidade e paisagem, Caratateua atrai também investidores em atividades como a carcinocultura<sup>13</sup>, causa de danos ambientais conhecidos.

---

11 Relatórios redigidos por uma equipe de pesquisadores do Museu Paraense Emilio Goeldi, resultados do acompanhamento da criação e implementação da Resex Mãe Grande de Curuçá. Cf. Dados bibliográficos completos nas Referências.

12 Para populações migrantes vindas principalmente do Maranhão e do Ceará, Bragança constitui uma primeira etapa, às vezes definitiva, em seus deslocamentos. Evidentemente, em razão da riqueza em biodiversidade, um território como o de Curuçá mostra-se bastante atrativo como prova o número de bragantinos que vieram residir no Abade, o principal porto de pesca desta região.

13 A introdução da prática da carcinocultura, criação de camarão em cativeiro, é discutida na dissertação de mestrado de Batista (2010).

Apoiado pelo poder público municipal, em Caratateua foi instalado um empreendimento de carcinocultura. Esta atividade danificou o lençol freático e o igarapé do qual a comunidade local se servia, tendo por isso sido denunciado pela comunidade junto a um órgão da Justiça. A mobilização da comunidade, nesse caso, se beneficiou do apoio da Resex e de parceiros dos meios jurídicos e científicos.

Com os resultados das análises laboratoriais da poluição das águas, identificados os riscos graves à saúde da população e a seus meios de vida, foi conferida uma legitimidade social e política à mobilização e à denúncia, circunstanciada técnica e juridicamente pelos parceiros da Resex. Nesse processo identificou-se inclusive o compromisso com o empreendimento mantido por pessoas da comunidade próximas ao proprietário da empresa de carcinocultura. A resolução desse problema se beneficiou das novas relações entre os atores comunitários, os atores da esfera do conhecimento e aqueles da esfera da lei<sup>14</sup> e propiciou a apreciação da importância do trabalho de desintração.

As exigências ambientais podem, além de contribuir para legitimar conflitos, ensejar iniciativas outras. Vejamos o caso de uma família extensa (avós, filhos e netos) de agricultores, bastante implicados na vida social local tanto da comunidade, situada no entorno da Resex, como na cidade de Curuçá. A família em questão<sup>15</sup> tomou consciência das vantagens da irrigação - portanto, do cuidado com a preservação das fontes de água - alimentada por um igarapé que atravessa a propriedade e de pontos de afloramento de água, muito presentes nessa parte do município de Curuçá.

A irrigação propiciou, de fato, uma diversificação da produção de legumes e frutas, melhorando o padrão alimentar e o rendimento da produção agrícola. Quanto ao cuidado com os pontos de afloramento de água, a preservação da floresta mostrou-se incontornável para as famílias que, assim, passaram a contribuir com a vitalidade dos igarapés e por conseguinte, garantiram acesso regular à água, promovendo seu lugar de “água e floresta” como “Paraíso”. Essas práticas de uma agricultura familiar ambientalmente adaptada a exigências que recaem sobre os territórios limítrofes ao perímetro da Resex resultam, por um lado, da confrontação entre experiências locais de membros da família, assessoria técnica de uma agência pública e, por outro lado, da influência de um vizinho de origem japonesa que importou e aplicou no

---

14 Perspectiva de Lefort (1986).

15 Uma família de forte presença na organização de serviços como educação, saúde, esporte e lazer, e implicada em redes de relações para além da sua comunidade. A avó atuou como uma reconhecida professora e muito se interessou pela educação ambiental. No esporte, o avô foi um jogador de futebol respeitado. Na vida religiosa, toda a família é implicada em atividades da paróquia. Mais recentemente também no mundo da política a presença dessa família se verifica com um dos seus filhos desempenhando a função de vice-prefeito de Curuçá.

contexto amazônico saberes e práticas de sua cultura. Trata-se de resistência ativa contra a exploração abusiva das florestas e contra os riscos de um uso das águas, sem limites ou controle, por parte de eventuais interessados em retornos vantajosos e imediatos a seus investimentos.

A experiência dessa família se impõe como alternativa pertinente pois incontestavelmente agrega valor às atividades de exploração agrícola no território da Reserva do qual faz parte o seu entorno - sob a responsabilidade do município - onde práticas sociais e técnico-profissionais devem também considerar as exigências ambientais que recaem sobre a Resex. Em meio a tais práticas a gestão dos dejetos, uma vez ainda depositados inadequadamente na beira de rios e igarapés ou nas praias, vem comprometendo o uso doméstico das águas, a saúde das populações, assim como a sobrevivência das espécies aquáticas. Os danos atingem também as paisagens naturais e prejudicam a promoção das atividades turísticas.

### **A Resex e o desafio da aprendizagem institucional**

Um dos efeitos incontestáveis da percepção do território em termos ambientais é a ampliação da sensibilidade dos membros das comunidades para com as ameaças à quantidade e à qualidade dos recursos – da pesca, do extrativismo (do caranguejo principalmente), da agricultura familiar, entre outros - postas pela poluição das águas, pelo desflorestamento, pela deterioração das paisagens, ou ainda, pelas práticas pesqueiras consideradas predatórias, em geral atribuídas a “invasores”. Em um dos relatórios do Museu Goeldi (2003), redigido à época da criação da Resex é sublinhado o descompasso entre a ineficiência dos poderes públicos face aos desafios da ambientalização em toda a zona costeira do Pará de um lado, e de outro uma mobilização social em defesa dos recursos do território, em nome das exigências ambientais. Nesse contexto, a criação da Resex é central no debate entre os membros das comunidades que se interrogavam sobre os resultados práticos dessa proposta de ordenamento territorial.

Interrogação apresentada de diferentes maneiras em função de contextos e circunstâncias. Em São João da Ponta, de acordo com o Senhor Zacharias, na época presidente da Associação dos Usuários da Resex de São João da Ponta, a criação da Reserva beneficiou-se desde o início de uma mobilização das comunidades convencidas da importância em proteger a pesca, os caranguejos, considerados os melhores de toda região, e a vegetação dos manguezais. De maneira bastante ativa afirma o Sr. Zacharias,

fomos nós que solicitamos a Resex e todo mundo foi de acordo ... em um contexto muito politizado, na época do Governo Lula, onde aqueles que eram hostis à Reserva diziam que era um projeto comunista. Quanto ao prefeito na época ele nada fez pela criação, mas, quando os primeiros recursos financeiros chegaram de Brasília ele quis fazer as pessoas acreditarem que ele havia empenhado seus esforços naquilo. (Entrevista, 20 de maio de 2012).

Nos dois territórios, em Curuçá e São João da Ponta, um dos desafios desse novo contexto é a transição entre a situação herdada do passado e o futuro que se projeta. Para caracterizar esse desafio, membros entrevistados das respectivas Associações de Usuários das duas Reservas referiram o “trabalho de construção” que tem consistido na organização das comunidades que, na sequência do importante investimento em organizações populares realizado pela Igreja Católica progressista, tem-se buscado aprofundar. “Há uma constante necessidade de organização política das comunidades como grupo norteador de ações”, constatam os pesquisadores do Museu Goeldi, constantemente fazendo referência a uma mobilização política justificada pela permanência de um sistema de poder que continua a influenciar as sociedades locais (LÉNA, 1996<sup>16</sup>; TEISSERENC, 2016).

Uma vez criada a Reserva Extrativista e implementado o Conselho Deliberativo, o trabalho de construção volta-se à capacitação desta instância para o enfrentamento dos desafios de gestão do território. De fato, a novidade do contexto quando o Conselho inicia seus trabalhos diz respeito a todos os tipos de novos recursos e sua distribuição junto aos membros das comunidades (VASCONCELOS, 2010). Ao mesmo tempo esse contexto é novo também enquanto promotor de reunião de pessoas, geograficamente próximas, para outras aproximações entre os membros das comunidades, entre as comunidades mesmas, entre os representantes das comunidades e seus parceiros no seio do Conselho.

Para o Conselho Deliberativo, então, restava, e ainda resta, a questão de bem explorar a riqueza de relações fortalecedoras da territorialidade dos membros das comunidades (SAQUET, 2009), assim como a riqueza de sua diversidade, enquanto um recurso a serviço do engajamento coletivo. Responder a um tal desafio requer um aprendizado coletivo produzido na construção mesma do Conselho Deliberativo como um espaço novo de intercâmbio e de debates (TEISSERENC, 2014).

Na esfera do conhecimento, antes evocada, este entrelaçamento de relações de um novo tipo, de competências, de conhecimentos, de valores, ou outros, vai ao encontro das observações de Cefaï *et al* sobre a diversidade das temáticas de pesquisa a serem trabalhadas para dar conta da riqueza e da complexidade do que ocorre nesse novo espaço<sup>17</sup>.

---

16 As mudanças sociais e econômicas, advindas com o retorno da democracia a partir dos anos de 1990 não se opõem ao sistema de dominação, não o questionam; o clientelismo cultivado numa estrutura de desigualdades sociais, onde uma autonomia econômica que favoreça o pleno exercício da cidadania não encontra lugar (LÉNA, 1996).

17 Trabalho para uma sociologia da ação coletiva sobre a mobilização dos recursos, das organizações e das redes sociais; mas também para uma “antropologia das relações de parentesco, o estudo de comunidades locais, a análise dos simbolismos religiosos, a etnografia da comunicação comum, a microsociologia dos espaços públicos” (CEFAÏ *et al*, 2011, p. 42).

### **Um sistema de dominação que permanece**

Em meio às resistências encontradas pelo Conselho Deliberativo quanto ao seu funcionamento, a reprodução de práticas de um sistema de dominação herdado é certamente uma das mais complexas a analisar. A tal sistema, também referido em termos de “paternalismo” (MUSEU GOELDI, 2002), atribuem-se efeitos ainda mais importantes do que as práticas pelas quais é exercida sua onipresença no seio da sociedade. Paternalismo onipresente na sociedade de maneira arraigada, particularmente na esfera do poder, impregna as práticas do próprio Estado, “... que não oportunizava a seus cidadãos o debate, o amadurecimento e enfrentamento da busca de soluções para seus problemas” (MUSEU GOELDI, 2002, p. 44). Uma realidade dificilmente transformada em curto tempo.

Entretanto, recolocar esse sistema em causa se impõe, na medida em que suas práticas tendem a se difundir no seio das comunidades e nas relações entre os representantes das comunidades e seus membros esvaziando os objetivos da representação nos Conselhos, interpelados à construção de relações de confiança em um espaço público no qual os representantes gozam de legitimidade suficiente para participar dos debates e negociar acordos, expostos a tensões inerentes às reivindicações políticas expressas pelos “novos atores” implicados nas práticas de “participação cidadã”. Em âmbito local as relações entre os atores sociais são mais diretas e, portanto, reconfigurar formas e culturas políticas tradicionais clientelistas e patrimonialistas não é tarefa fácil (GOHN, 2013).

## **DESAFIOS POLÍTICOS DA AMBIENTALIZAÇÃO**

### **Uma nova configuração política**

Cabe agora resgatar as eleições municipais de 2008 tanto em Curuçá quanto em São João da Ponta. Neste último município foi, à época, eleito prefeito o candidato do Partido dos Trabalhadores, que havia sido presidente da Associação dos Usuários da Resex, reconhecido pelo seu destacado papel no processo de criação da mesma. No município de Curuçá, por sua vez, um empresário do ramo pesqueiro industrial é eleito. Para tal aliou-se a representantes do movimento social, apresentando-se ao pleito em chapa composta com um candidato a vice-prefeito, líder local particularmente bem considerado enquanto funcionário da Emater e militante católico que desempenhou um papel determinante no processo de criação da Resex de Curuçá. Os dois novos prefeitos, de São João da Ponta e de Curuçá, de diferentes tendências políticas,

decidiram participar pessoalmente, como representantes do poder público municipal, nos Conselhos Deliberativos das Resex respectivas aos mencionados municípios (TEISSERENC, 2016).

Os prefeitos recém-eleitos, participando diretamente como representantes do poder público de seus municípios nos Conselhos, passam a atuar em um espaço público em construção, confrontado com a experiência da diversidade dos atores em presença e sua heterogeneidade; heterogeneidade de suas competências, estatutos, identidades, e de seus objetivos e estratégias, dos seus valores e das justificações de seus engajamentos. Aliás, um dos primeiros resultados obtidos pelo trabalho dos dois Conselhos Deliberativos em análise foi propiciar grande visibilidade a esta heterogeneidade e permitir a expressão das divergências quanto aos objetivos dos atores em presença, entre os quais nos dois casos figurava a autoridade máxima do poder local.

Quando da realização do Seminário de Capacitação dos Representantes das Comunidades<sup>18</sup>, que tivemos oportunidade de organizar em São João da Ponta, pudemos apreciar como essa heterogeneidade constitui um trunfo a partir do momento em que as mudanças nas práticas profissionais, assim como nas práticas cotidianas, resultam da experiência das populações e se justificam pela maneira como elas conseguem mobilizar seus conhecimentos para explorar os recursos locais. Em São João da Ponta o principal recurso explorado é o caranguejo, espécie ameaçada pela exploração descontrolada. Ameaça à continuidade da exploração, incontestavelmente compreendida em uma conscientização promovida em um contexto de ambientalização<sup>19</sup>. Aí identificou-se a origem do engajamento de membros das comunidades em responsabilidades coletivas com a adaptação de práticas profissionais a uma exploração não predatória dos recursos do território; engajamento na aplicação do chamado Plano de Gestão; engajamento na gestão dos dejetos e na educação ambiental e na sensibilização dos jovens ao futuro do território, entre outros.

Os resultados obtidos pelos Conselhos Deliberativos das duas Reservas se explicam pelo importante trabalho de aprendizagem coletiva promovido pelas discussões e pelas

---

18 Em São João da Ponta, nos meses de maio e junho de 2015 e maio de 2017, realizou-se sessões de trabalho vinculadas ao Seminário de Qualificação para Participação dos Representantes das Comunidades, proposto e organizado pelos líderes locais e professores universitários. Oportunidade de observação direta de pesquisa, neste Seminário, demonstrou-se a importância desta articulação permanente entre as duas instâncias, a da Prefeitura, em uma lógica da representação, e a do Conselho Deliberativo, em uma lógica da deliberação. Articulação concretizada na preocupação dos membros das comunidades com problemas da Reserva a serem considerados em função da situação geral do município.

19 A conscientização pela ambientalização é um dos aspectos tratados por Leite Lopes (2006), como um dos resultados esperados pela Educação Ambiental desde que seja dirigida ao conjunto da sociedade local e não só ao público das escolas.

negociações neles realizadas. A experiência dos fóruns híbridos e dos debates sociotécnicos por eles ocasionados (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001) – uma experiência na qual se inspiram os Conselhos Deliberativos – mostrou a importância dessas aprendizagens para se fazer a passagem dos debates aos acordos em termos de soluções aos problemas identificados e descritos, e que em seguida levam ao engajamento em uma ação coletiva. Aprendizagens que resultam em exigências por capacitação apresentadas pelos membros dos Conselhos como um dos principais desafios da Reserva (VASCONCELOS, 2010).

### **A politização da participação social**

Pelo caráter político desta mobilização a partir da implantação de uma Reserva Extrativista, compreendemos que, a propósito dos debates entre atores parceiros, a construção de uma ideia de bem comum, de um interesse geral de caráter local, e a importância atribuída às regras e a valores compartilhados, põem em xeque não somente a organização do trabalho mas também a vida cotidiana das populações que se engajam em práticas participativas e através delas adotam a ideia de bem comum a ser defendido e valorizado como necessário ao desenvolvimento sustentável do território.

No caso dos Conselhos Deliberativos, as aprendizagens coletivas são um dos resultados das novas práticas de participação – esta participação cidadã identificada por Maria da Gloria Gohn (2013, p. 60) onde “os novos sujeitos políticos se constroem por meio de interpelações recíprocas” – permitem aos Conselhos funcionarem como uma arena pública na qual se encontram atores de legitimidade reconhecida. Nesta arena a experimentação da participação cidadã<sup>20</sup> é apreciada pelos membros do Conselho na medida em que se produzem resultados concretos e imediatos que contribuem para a renovação das práticas sociais e para possibilidades de inovações no campo democrático.

A participação no Conselho Deliberativo pode então ser apreciada pelos seus efeitos no território em termos de politização<sup>21</sup>. Nos dois municípios a influência da ecologia política (LATOURE, 2017) foi confirmada pela capacidade de transformar em objetos políticos fenômenos que até então assim não eram vistos. Em cada um dos Conselhos Deliberativos, a partir do trabalho de seus membros e dos acordos que se conseguiu negociar, é que foram

---

20 Maria Gloria Gohn distingue participação popular de comunitária. No caso da participação popular, “os grupos organizados devem participar no interior dos aparelhos de poder estatal” (2013, p. 19) e, no caso da participação social e cidadã “a comunidade ou o povo passa a ser a sociedade” (2013, p. 59) e “a mobilização social passa a ser vista como energias a serem canalizadas para objetivos comuns” (2013, p. 61).

21 A politização é o resultado de um reconhecimento com base em um acordo entre os atores locais, é o fruto de um trabalho político e das questões concretas que o geram (LAGROYE, 2003).



definidos novos contornos do político, em termos de objetos, assim como de modalidades de sua aplicação no território.

De maneira significativa nos dois territórios, na politização das situações locais, esteve presente uma desconfiança dos atores locais em relação aos políticos e suas práticas. Nesse sentido o Senhor Zacharias, de São João da Ponta, insistiu no fato de que o Conselho Deliberativo não realizava um trabalho político no sentido de partidário, sublinhando assim que o Conselho fazia política de outra maneira. Essa ideia foi também muitas vezes proferida por líderes em Curuçá. Mesmo correndo o risco de “forçar” a interpretação dessas observações marcadas por uma desconfiança profunda em relação às práticas políticas habituais, poderíamos nos perguntar em que medida essa politização pode ser considerada como uma etapa do processo de emancipação das amarras do sistema de dominação, e de implantação de uma sociedade democrática.

É interessante observar que, é o território como “bem comum”, o “território das políticas públicas”, que, enquanto referência, aproxima e reúne atores heterogêneos, politicamente legítimos e socialmente competentes. É essa referência que reclama uma gestão, que exige o trabalho político clássico baseado em alianças entre atores, em acordos de governo, em estratégias que assegurem uma relação de forças adequada, ao mesmo tempo em que sejam considerados os resultados do trabalho de deliberação produzido pelo Conselho. A eficácia desta politização, depende, como é o caso de Curuçá, do modo de articulação entre as duas forças em presença: de um lado, o trabalho da administração pública municipal, fundado no sistema de poder tradicional, orientado pela lógica representativa e, por outro, o trabalho do Conselho Deliberativo no qual se elaboram novas práticas de participação orientadas pela lógica da deliberação.

Em São João da Ponta, por ocasião de reunião do Conselho Deliberativo em 16 de abril de 2011, uma das questões tratadas – a construção da estrada<sup>22</sup> que liga a cidade a um dos eixos rodoviários estaduais, o Prefeito assim se manifestou:

“Eu sou Prefeito e eu sou cidadão. Enquanto cidadão eu sou como todos vocês. O problema que hoje encontramos não é somente da competência dos políticos; é da competência do povo e de todo mundo. Se nós reconhecemos o problema e o justificamos, nós levaremos o caso ao Ministério Público, já consultado por mim e por Vergara<sup>23</sup>. O Ministério Público está no aguardo da direção que juntos decidamos.

---

22 No projeto da estrada os responsáveis técnicos não haviam considerado observações feitas por membros das comunidades quanto aos riscos de rompimento de barreiras naturais entre águas salgadas e doces, levando à alteração de condições ambientais e, por conseguinte, à morte de espécies.

23 Valdemar Londres Vergara Filho, biólogo de formação, servidor técnico do ICMBio, Chefe da Resex de São João da Ponta, presidiu o Conselho Deliberativo desde sua criação, até início de 2018, quando faleceu em decorrência de um derrame cerebral. Vergara, como conhecido, exerceu uma influência considerável no conjunto

Senão, a empresa não fará o trabalho e todos nós perderemos!”.

Então o gestor da Resex à época, o Sr. Waldemar Londres Vergara Filho, afirmou: “o projeto será aceito em função da participação social”. Essa passagem de um dos debates ocasionados em reunião do Conselho é significativa do modo como o funcionamento desse fórum, o Conselho Deliberativo pode fortalecer a legitimidade e a eficácia políticas da deliberação resultante de uma participação social apoiada pela autoridade máxima do poder público local. Igualmente, na situação colocada, se reconhece o povo enquanto fonte do poder local.

Nos dois municípios, o avanço na articulação entre a representação e a deliberação levou o conjunto dos parceiros, implicados no funcionamento das instituições de caráter público do território, a superar antagonismos e negociar acordos, promover ações capazes de contribuir com o desenvolvimento sustentável do território. Em cada um dos Conselhos, a eficácia da participação social mostrou-se tributária, em última instância, da capacidade dos atores locais em se entenderem para produzir a ação pública.

### **A participação social a serviço da ação pública**

A ideia de processo, que tanto inspira Aloma Tereza de Vasconcelos (2010) em seu acompanhamento do trabalho do Conselho Deliberativo da Resex de Curuçá, corresponde ao ponto de vista de Claude Lefort (1986) quanto à necessária ruptura com uma concepção da política como atividade específica para então percebê-la como o resultado de um duplo movimento evocado no início desse artigo.

A mobilização permanente é o que pode permitir a apreensão de muitos problemas que concernem ao território da Reserva, mas também ao do município. Sua eficácia depende em particular da articulação que os responsáveis locais e os líderes conseguem produzir entre o trabalho deliberativo do Conselho e o trabalho mais clássico da Prefeitura. Há de se considerar o trabalho do Conselho como reforço à legitimidade da Reserva, contribuindo com a redução da distância entre as expectativas das populações e os resultados da ação pública, para a qual se volta Alain Touraine (2013) demonstrando nas análises das mobilizações a importância dos jogos dos atores e suas capacidades de ação.

---

das Resex Marinhas da costa paraense, competente pedagogo e animador, consciente do sentido político da função que exercia. Os autores desse artigo, seus eternos devedores, muito o agradecem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: TERRITÓRIO ENGENDRADO EM UMA AMBIENTALIZAÇÃO POLÍTICA

*Sistema de engendramento* caracteriza uma situação na qual o *Terrestre* atua enquanto sujeito político. Assim considerando, apreciaremos a contribuição das experiências com as Reservas Extrativistas dos dois municípios - Curuçá e São João da Ponta - para a problemática sugerida por Bruno Latour, em diálogo com os aportes de Claude Lefort, José Sérgio Leite Lopes e Alain Touraine. Insistimos sobre a importância dos instrumentos e das ferramentas cujos usos puderam caracterizar a ambientalização do território e de seus efeitos em termos de politização de situações locais. Em Curuçá e São João da Ponta, a elaboração de ferramentas de gestão das Reservas, a implementação das Associações dos Usuários e dos Conselhos Deliberativos, não encontraram hostilidades particulares por parte das comunidades, ao contrário. Com isso foi possível, com certa rapidez, fazer funcionar as Resex, testemunhando assim, entre outros, o desejo das comunidades em desenvolver e controlar seu território com base em compromissos e exigências ambientais. Este desejo foi sobretudo presente em São João da Ponta, conforme observado diretamente nas manifestações dos participantes do Conselho enquanto representantes das comunidades, unânimes quanto ao reconhecimento das conquistas da Reserva.

A ideia da mobilização das comunidades, baseada numa identidade *extrativista*, traduzida em práticas profissionais informadas em conhecimentos *nativos* e que se concretiza através de acordos e de regras com vistas a um desenvolvimento social e ambientalmente adequados, se afirma. E, esses acordos aparecem como o resultado de um trabalho coletivo realizado no Conselho Deliberativo que interpela a esfera do Conhecimento – os saberes sociotécnicos resultando da combinação entre conhecimentos acadêmico e não-acadêmico –, e a esfera da Lei – regras elaboradas com base em saberes sociotécnicos visando o controle e a proteção do território. Um trabalho que contou com uma heterogeneidade de atores, com a proximidade para produzir e com a diversidade de disposições a tomar parte no empreendimento. Sua eficácia tem origem na desintração das relações interpessoais entre esses atores face às esferas do Conhecimento, do Poder e da Lei, justificadas suas competências e/ou sua legitimidade. Vimos como a validação desse trabalho pelo Conselho Deliberativo, no sentido da participação, a ele conferiu uma significação política. Trata-se, para os membros das comunidades e seus parceiros, de uma das conquistas essenciais da Reserva desde sua criação, o que por eles é considerado como um “bem comum”, a ser protegido e defendido através da aplicação das

regras legitimadas pelos acordos<sup>24</sup>.

Em meio às limitações do uso dessas ferramentas e instrumentos, a mais importante, sem nenhuma dúvida, é o seu substrato. Trata-se de uma relação entre o homem e a natureza informada na ideia de recursos a proteger e a valorizar, sem reconhecê-los ainda como “agissants” e *Terrestres* “que não se limitam por fronteiras e não cessam de se sobrepor, de se entrelaçar uns com os outros”<sup>25</sup> (LATOURE, 2017, p. 106). A falta de reconhecimento desta autonomia dos “agissants” impõe limites ao controle do território que é exercido dentro de fronteiras de um território de múltiplas escalas. Esta perspectiva mostra-se indispensável uma vez que, nas duas experiências observadas, uma das grandes conquistas foi ter familiarizado os parceiros concernidos com a compreensão das dinâmicas locais em termos de processo, tratando-se de adaptar os resultados obtidos aos efeitos esperados e aos imprevistos quanto ao engajamento dos atores. A referência ao processo como maneira de imaginar o engendramento do território é pertinente dada a importância atribuída à qualidade das ações coletivas assim como aos seus efeitos nas mudanças de toda ordem e nas novas dinâmicas territoriais. Resta uma interrogação sobre nossa concepção do território, que vai ao encontro da ideia de espaço como “uma história agitada” na qual o homem se tornou “um participante como outros” (LATOURE, 2017, p. 58). De fato, sob a ambientalização, os recursos do território apresentam as qualidades dos “animados” – raridade, particularidade, fragilidade, objetos de conhecimento resultando da experiência do contato dos humanos com eles e não de um saber formal –, restando assim um território único e capaz de responder a essas novas exigências porque é necessariamente um território de geometria variável<sup>26</sup>, cujos limites se definem com base em acordos que levam em conta problemas identificados e respostas preconizadas.

No que tange ao observado no município de Curuçá, especialmente na comunidade de Nazaré do Tijoca, sítio *O Paraíso*, e na comunidade de Caratateua, nos levam a concluir que, em um contexto de ambientalização, a reabilitação da água comprova seu caráter de recurso estratégico do território. Frágil e ameaçada a água teve de ser tratada como um bem comum, de

---

24 Regras reconhecidas por agências públicas nacionais como o Ibama e o ICMBio. Garantir a observância de tais regras constitui um grande desafio a ser assumido pela sociedade local com vistas ao desenvolvimento de seu território. Os acordos que as respaldam são também o resultado de um trabalho na esfera da Lei; produção de normas sistematizadas nos Planos de Utilização, Manejo, Gestão. Uma produção alcançada em interações entre atores diversos: representantes das comunidades, de um lado, e técnicos e cientistas, de outro.

25 qui ne sont pas limités par des frontières et ne cessent de se superposer, de s'intriquer les uns dans les autres (LATOURE, 2017, p. 106).

26 Bourdin trabalha com o conceito de localidade mundializada produto de “um processo permanente, reflexivo e societal, de deslocalização e realocação e de definição das formas territoriais” (2001, p. 90). Nesse sentido se revela a importância do processo para as dinâmicas cujos efeitos em termos de territorialização e de desterritorialização induzem aos limites do território, o que vale a pena considerar em uma perspectiva de gestão participativa.

natureza também simbólica, que se revela, no caso de Nazaré do Tijoca, pela revalorização de ritos antigos ligados a precauções quanto à manutenção e uso da água<sup>27</sup>. No caso de Caratateua, pela reativação de uma memória dos afogamentos de crianças e dos acidentes ocorridos em alto mar com as embarcações, o que originou uma produção cultural – músicas e poesias que contribuem para a coesão social da comunidade e para o fortalecimento de sua identidade. Essas duas experiências concretas encontram no seio do Conselho Deliberativo um lugar de expressão das expectativas de cada uma das comunidades e de legitimação de compromissos, o que faz das iniciativas do Conselho e da gestão de seus conflitos, ações participantes do engendramento de um emergente território.

## REFERÊNCIAS

1. BOURDIN, Alain. **A Questão local**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
2. CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. **Agir dans un monde incertain**. Essai sur la démocratie technique. Paris: Seuil, La couleur des idées, 2001.
3. CEFAÏ, Daniel *et al.* Introdução: Arenas públicas - por uma etnografia da vida associativa. *In: CEFAÏ, Daniel et al. (org.). Arenas públicas - por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: EdUFF, 2011. p. 9-63.
4. GEFFRAY, Christian. **Chroniques de la servitude en Amazonie brésilienne**. Paris: Édition Karthala, 1995.
5. GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sócio-política**. São Paulo: Cortez, 2013. LAGROYE, Jacques (org.). **La politisation**. Paris: Belin, 2003.
6. LATOUR, Bruno. **Où atterrir? Comment s'orienter en politique**. Paris: La Découverte, 2017.
7. LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**. A reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
8. LEFORT, Claude. **Essais sur le Politique**. XIXème-XXème siècles. Paris: Le Seuil, Points Essais, 1986.

---

<sup>27</sup> Referindo atitudes, mitos, rituais desenvolvidos por povos cujas culturas consideradas arcaicas foram cassadas pela modernização e deslocadas para os museus de etnografia, Latour lembra que “é apenas mais recentemente que todas essas práticas vêm sendo reconhecidas como preciosos modelos para se aprender como sobreviver no futuro”. (2017, p. 97). Tradução livre.

9. LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de “Ambientalização” de conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan./jun., 2006.
10. MEIRA, Marcio. **A Persistência do aviamento**: colonialismo e história indígena no noroeste Amazônico. São Paulo: Edufscar, 2018.
11. MOREIRA, Carla Cilene Siqueira **Entre a Conservação ambiental e a Transferência de renda**: o Programa Bolsa Verde em uma Resex Marinha na Amazônia. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
12. MUSEU GOELDI. **Uma experiência da extensão da pesquisa à comunidade**. Relatório Final Científico Técnico Financeiro da Segunda Fase do Projeto Renas. (agosto, 1999 – maio 2002).
13. MUSEU GOELDI. **Diagnóstico Etno-ecológico da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande-Curuçá, Zona do Salgado – Pará**. Relatório de Viagens. (outubro-novembro, 2003).
14. MUSEU GOELDI. **A pesca no Nordeste Paraense**: tensões, conflitos e mudanças no município de Curuçá – Pará. Relatório final de pesquisa, 2005.
15. NAHUM, Victoria Judith Isaac. Proposta do plano de gestão integrada dos recursos pesqueiros com enfoque ecossistêmico para as Reservas Extrativistas marinhas do litoral paraense. *In: Produto 1: Diagnóstico dos aspectos físico/espacial, biológicos, sociais, ambientais e econômicos relacionados à pesca no Salgado Paraense*. Belém, 2012.
16. POLANYI, Karl. **A Grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980 [1944].
17. PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
18. REIS DO NASCIMENTO, Josinaldo. **Nos maretórios da Amazônia**: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
19. SAQUET, Marco Aurélio. Por uma abordagem Territorial. *In: SAQUET, Marco Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). Territórios e territorialidades - teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.
20. SILVA BATISTA, Iane Maria. **Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da Resex Mãe Grande de Curuçá**. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2010.
21. SILVA JUNIOR, Sebastião Rodrigues. **Participação e relações de poder no Conselho**

- Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança-Pa.** 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
22. TEISSERENC, Pierre. Poder local e condições de sua renovação na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 1, p. 47-70, jan-abril, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v19i1.2451>. Acesso em: 12 jun. 2023.
23. TEISSERENC, Pierre. A governança territorial a partir da experiência das Reservas Extrativistas. **Revista Pós-Ciências Sociais**, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Sociais/UFMA, v. 11, n. 22, p. 19-41, 2014. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/3413>. Acesso em: 12 jun. 2023.
24. TEISSERENC, Pierre. Les RESEXs: Un instrument au service des politiques de développement durable en Amazonie brésilienne. **Revista Pós-Ciências Sociais**, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFMA, v. 6, n. 12, p. 41-68, 2009.
25. TOURAINÉ, Alain. **La fin des sociétés**. Paris: Ed. du Seuil, collection “Essais”, 2013.
26. VALE OLIVEIRA, Marcelo. **Plano de manejo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu: coprodução de uma ação pública em um território em recomposição**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
27. VASCONCELOS, Aloma Tereza. **Gestão Pública e Participação**. Uma análise do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

*Maria José da Silva Aquino Teisserenc*

Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Doutorado em Ciências Humanas (Sociologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1702-6699>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: [mjteisserenc@uol.com.br](mailto:mjteisserenc@uol.com.br)

*Pierre Teisserenc*

Professor aposentado de Sociologia da Université Paris XIII (Sorbonne Paris Nord) e Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia Universidade Federal do Pará. Doutorado em Sociologia pela Universidade Paris-Decartes e École de Hautes Études en Sciences Sociales. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1702-6699>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação. E-mail: [pierre-teisserenc@wanadoo.fr](mailto:pierre-teisserenc@wanadoo.fr)